



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do **Dia**

TERÇA-FEIRA, 20 :: agosto :: 2013

Opinião

Editorial

Antes tarde do que nunca

A Central de Abastecimento do Estado de Sergipe (Ceasa), principal entreposto de hortifrutigranjeiros do estado, entrou na mira da Vigilância Sanitária, dando curso à sanha moralizadora do órgão que pegou meio mundo de surpresa. Enquanto os consumidores temem uma crise de abastecimento, os comerciantes se preparam para colocar a mão no bolso e se adequar aos parâmetros impostos pela legislação. É preciso ganhar o pão.

Justiça seja feita. Não é de hoje que as autoridades apontam a necessidade de mudanças na Ceasa. Em 2010, o Ministério Público Estadual esti-

pulou prazos para adoção de uma solução estrutural que resolvesse o problema de acomodação dos ambulantes improvisados no estacionamento e a construção de uma caixa d'água suspensa para utilização em caso de incêndio, retirada das barracas de madeiras e reforma na estrutura. Por falta de recursos, as mudanças acabaram não acontecendo. Agora, cada comerciante terá que desembolsar R\$ 4 mil só com a padronização das barracas. O quadro observado na Ceasa é re-

flexo de um estado de coisas mais abrangente. Em Aracaju, as chamadas feiras livres como que brotam ao acaso, ignoram as normas da Vigilância Sanitária e ainda contam com a cumplicidade da população, acostumada a fazer vista grossa quando se trata de reivindicar os próprios direitos. A situação é grave e caracteriza praticamente todos os pontos de venda de alimentos, onde os cuidados com a higiene e preservação dos produtos são

muitas vezes negligenciados. Nem mesmo as grandes redes de supermercados estão a salvo da desconfiança e crítica dos consumido-

Agora, cada comerciante da Ceasa terá que desembolsar R\$ 4 mil só com a padronização das barracas.

res mais atentos.

A maior parte das exigências feitas aos feirantes são perfeitamente razoáveis. Além de questões cosméticas, a exemplo da padronização das barracas, há medidas que, uma vez adotadas, podem interferir de verdade na qualidade do produto à disposição dos interessados. O comércio de carnes e peixes, por exemplo, só poderá ser feito em caminhões com balcões frigoríficos. Nada mais justo. Assusta, mesmo, que não seja assim desde sempre.